



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

CAMPUS DE TRÊS LAGOAS

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

**ALINE JACINTO DE OLIVEIRA**

**A POLÍTICA EDUCACIONAL DA EDUCAÇÃO NO CAMPO:  
DESAFIOS E PESPPECTIVA**

TRÊS LAGOAS – MS

2021

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
à coordenação do curso de Pedagogia do  
Campus de Três Lagoas da Universidade  
Federal de Mato Grosso do Sul.

Orientador: Professora Dr. Tarcísio Luiz  
Pereira

**ALINE JACINTO DE OLIVEIRA**  
**A POLÍTICA EDUCACIONAL DA EDUCAÇÃO NO CAMPO:**  
**DESAFIOS E PESPERSCTIVA**

**Banca Examinadora**

---

Professor Doutor Tarcísio Luiz Pereira - Orientador  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

---

Dra Silvana Alves da Silva Bispo  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

---

Dra Rozemeiry dos Santos Marques Moreira  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

# A POLÍTICA EDUCACIONAL DA EDUCAÇÃO NO CAMPO: DESAFIOS E PESPERSCTIVA

Aline Jacinto de Oliveira

## RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar o porquê do fechamento das escolas rurais, especificamente, neste trabalho, a investigação recai sobre a Escola Municipal Rural São Joaquim, pertencente ao município de Selvíria-MS. O texto aborda, baseado num relato de experiência o fenômeno que vem acontecendo na educação do campo no Brasil nas últimas décadas, ao realizar observação na escola em questão (atualmente) é visível a constatação de más condições das estruturas ali presentes e o abandono quase completo, pelo poder público. Já antes mesmo de seu fechamento as condições eram precárias tanto para professores, quanto para estudantes e funcionários e não atendia a demanda necessária da população rural daquela região, sem contar problemas referentes ao transporte, alimentação, recursos escolares, contratação de professores qualificados, entre outras coisas que deveriam ser subsidiadas pelo poder público. Neste sentido, tal experiência (relatada neste artigo), baseada em Caldart (2011), Machado (2019), Oliveira (2017) e Santos (2017) constata que a educação do campo, identificando contexto, práticas e sujeitos é envolta de tensões e contradições principais do seu percurso, especialmente as que se produzem na relação entre movimentos sociais e Estado, já que o acesso à educação escolar para o camponês em seu próprio território não se dá de forma harmoniosa, ainda que seja-lhe um direito garantido por lei.

**Palavra - chave:** Escolas rurais; Educação no campo; Fechamento das escolas.

## ABSTRACT

This article aims to analyze why the closing of rural schools, specifically, in this work, the investigation falls on the Rural Municipal School São Joaquim, belonging to the municipality of Selviria-MS. the text addresses, based on an experience report, the phenomenon that has been happening in rural education in Brazil in recent decades, when observing the school in question (currently) it is visible the verification of poor conditions of the structures present there and the almost complete abandonment , by the government. Even before its closure, conditions were precarious for both teachers, students and staff and it did not meet the necessary demand of the rural population in that region, not to mention problems related to transport, food, school resources, hiring qualified teachers, among others things that should be subsidized by the government. In this sense, this experience (reported in this article), based on Caldart (2011), Machado (2019), Oliveira (2017) and Santos (2017) finds that rural education, identifying context, practices and subjects is surrounded by tensions and The main contradictions of his path, especially those produced in the relationship between social movements and the State, since access to school education for peasants in their own territory is not harmonious, even though it is a right guaranteed by law.

Keyword: Rural schools; Education in the countryside; Closing of schools.

## INTRODUÇÃO

A trajetória da Educação do Campo no Brasil, ainda denominada como Educação Rural, tem origem na década de 1930, com o início da industrialização no país. O Brasil durante o século XX, passou por um processo abrupto de urbanização acompanhado de um êxodo rural<sup>1</sup>. Essa população muda de regiões com poucas condições de sustentabilidades para outro lugar, onde já existem milhares de moradores do campo que também foram expulsos das suas terras, sejam porque foram atraídos com a ilusão de melhores condições de vida na cidade, seja, por conta da mecanização do campo, que lhes tirou o trabalho. Assim, a educação rural no Brasil sempre esteve em segundo plano quando se trata de políticas educacionais de Estado. Por muito tempo era comum a ideia de que “*gente da roça não necessita de escola*”. Além disso, havia também a concepção de que o campo era lugar atrasado e que, gradualmente, o Brasil se tornaria um país urbano e desenvolvido. Nos anos de 1960, Paulo Freire<sup>2</sup> inicia um debate sobre a educação e apresenta uma proposta pedagógica que questionaria a ideia de que os moradores do campo não são portadores de conhecimento e de cultura. Assim, com Freire, o Brasil conhece uma proposta de educação libertadora que valoriza as classes populares.

Uma escola do campo não é, afinal, um tipo diferente de escola, mas sim é a escola reconhecendo e ajudando a fortalecer os povos do campo como sujeitos sociais, que também podem ajudar no processo de humanização do conjunto da sociedade, com lutas, sua história, seu trabalho, seus saberes, sua cultura, seu jeito (CALDART,2011, p.110).

Posto isto, este trabalho de conclusão de curso em formato de artigo, nasce a partir de minhas experiências vividas no decorrer do Ensino Médio, onde, na ocasião morava em área rural em uma fazenda com meus pais que eram trabalhadores rurais, devido ao local onde morávamos ser isolado, precisava estudar no município próximo que estava localizado na Cidade de Selvíria – MS, cidade essa que se localiza a 60 km de distância de onde morávamos, frequentava a escola durante o período vespertino, porém devido à distância precisava sair de casa às 08:00 horas da manhã com o objetivo de chegar a escola às 13:00 horas da tarde, levava meu próprio almoço e aproveitava o percurso para comer no caminho, na volta, saíamos às 17:00 horas e chegávamos em casa por volta das 21:00 horas da noite, essa rotina se repetia

---

<sup>1</sup> Palavra utilizada para classificar a migração dos habitantes do campo para a cidade, em busca de melhores condições de vida.

<sup>2</sup> Paulo Reglus Neves Freire foi um educador e filósofo brasileiro. É considerado um dos pensadores mais notáveis na história da pedagogia mundial, tendo influenciado o movimento chamado pedagogia crítica. É também o Patrono da Educação Brasileira.

sucessivamente todos os dias da semana. Isso quando tudo ocorria bem com os ônibus fornecidos pela prefeitura para o trajeto que não eram os dos melhores. Sendo assim, quebravam muito e tinham dias de ficarmos na estrada esperando socorro ou termos que voltar para casa, porque devido as más condições de transporte não conseguíamos chegar a tempo na escola, já vivenciamos épocas onde ficávamos a semana toda sem frequentar a escola, pois os ônibus responsáveis pelo nosso deslocamento estavam danificados e não eram fornecidos os materiais necessários para o seu conserto, impossibilitando assim a nossa ida para a escola. Devido a todas essas problemáticas citadas, essa rotina se tornava deveras desgastante e até mesmo cansativa, no entanto, todos os estudantes gostavam de frequentar o ambiente escolar, até mesmo porque não existia a possibilidade de ida para outro lugar, a única saída era ir para a escola e durante essa jornada os alunos experienciavam verdadeiras aventuras.

Certo dia recebemos a notícia de que não iríamos mais estudar na escola pertencente ao município de Selvíria-MS e sim numa localizada dentro de uma fazenda, o sentimento de tristeza tomava conta de todos, devido à mudança repentina, chegando lá, nos deparamos com um ambiente extremamente diferente com o que éramos habituados, situação que acabou ocasionando uma grande estranheza. A escola estava localizada em um espaço cedido pelos donos da fazenda, devido à necessidade da construção de uma escola naquela área, e assim foi feito esse local se tornou uma nova escola. Entretanto, as condições de estrutura daquele local não eram boas, principalmente devido à construção ser considerada muito antiga, além disso, existiam janelas quebradas, paredes descascando entre outras coisas que impossibilitavam que o ambiente se tornasse acolhedor, assim, como deveria ser um ambiente de estudo. Nós alunos vivenciamos muitas situações devido à falta de estrutura do local, passando até mesmo por longas chuvas onde a sala era inundada de água devido à falta de vidros nas janelas.

Cabe destacar que, a educação brasileira especialmente a educação no campo, segundo a Constituição Federal de 1988 é um direito garantido por Lei, e que o Estado tem que garantir o acesso, a permanência e as condições de igualdade a todos (BRASIL, 1988).

E neste processo, considerando a CF de 1988 e as lutas travadas a partir da década de 1980, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que reivindicavam a necessidade de promoção de uma educação diferenciada, com propostas de uma educação voltada aos interesses dos povos do campo, este artigo se fundamenta tendo como horizonte, uma Pedagogia Libertadora que fortalece o sonho de libertação dos sem-terra.

Dessa forma durante o desenvolvimento desse artigo dividirei a discussão em: num primeiro momento uma breve explanação sobre as políticas educacionais voltadas para a

educação no campo e num segundo momento as conceituações, o objetivo da educação no campo e os desafios enfrentados nas escolas localizadas na zona rural

### **Políticas educacionais voltadas para a educação no campo**

É possível compreender quando referimos a políticas públicas educacionais, aquelas que são responsáveis pela regulação e a orientação dos sistemas de ensino.

Podemos dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito de assuntos voltados a educação escolar. Importante ressaltarmos que a educação é algo que não deve ser tratado apenas no contexto escolar, pois tudo o que se é aprendido na sociedade, seja em qualquer instituição social, se torna resultado de aprendizados, dessa forma também deve ser considerado como parte da educação. Entretanto, a educação só deve ser considerada escolar quando ela for passível de delimitação por um sistema que é fruto da construção de políticas públicas. É necessário que exista um ambiente próprio onde seja possível a realização de fazeres relacionados a educação, esse ambiente será denominado como escola, objetivando o funcionamento da mesma como uma espécie de comunidade, onde alunos, professores, servidores, pais, devem se relacionar, além também da influência que o estado exerce sobre a construção desse ambiente. Sendo assim, entende-se que políticas públicas educacionais dizem respeito a decisões tomadas pelo governo, e que serão diretamente direcionadas para o ambiente escolar. Tais decisões envolvem questões estruturante e também financeiras como: construção de escolas, contratação de profissionais, formação docente, qualificação de profissionais, valorização profissional, garantia salarial, gestão escolar, dentre outras.

Com a intenção de auxílio as necessidades não supridas devido à pequena quantidade de políticas públicas educacionais criadas relacionadas ao campo e a educação no campo, um dos projeto que se destaca para este setor é o PRONACAMPO<sup>3</sup> criado em 2010, sendo basicamente um conjunto de ações que através de suas articulações são asseguradas melhorias no ensino bem como, a formação e capacitação dos profissionais da educação, produção de

---

<sup>3</sup> Programa Nacional de Educação do Campo O PRONACAMPO foi construído pelo Grupo de Trabalho coordenado pelo MEC/SECADI, formado pelo Conselho dos Secretários Estaduais de Educação - CONSED, União dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME, Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura - CONTAG, Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra - MST, Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar - FETRAF, Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro - RESAB, Universidade de Brasília - UNB e Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, atendendo a demandas dos sistemas de ensino e dos movimentos sociais. As propostas específicas para a implementação da política da educação quilombola foram discutidas com a Secretaria de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR, sendo submetido à consulta junto a Comissão Nacional Quilombola - CONAQ. (BRASIL, 2013, p. 2).

materiais didáticos baseados na especificidade de cada local onde serão disponibilizados, recuperação da infraestrutura local visando a facilitação do acesso do mesmo, e também visam proporcionar uma educação de qualidade no campo em todas as etapas do processo de ensino e aprendizagem.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e posteriormente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394) em 1996, conforme seu Art. 28, que destaca que na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades. Tais dispositivos legais representam uma conquista para o movimento da educação do campo. Haja visto que essa a educação no campo tem sido historicamente marginalizada nas construções de políticas públicas e precisa de projetos voltados para processo de desenvolvimento social e econômico, não sendo mais tratada apenas como compensatória.

### **Educação no campo: conceituação e desafios**

O Brasil é considerado um país extremamente grande e diversificado, dessa forma, não diferiria em relação às escolas, apesar de existir uma alta concentração de moradores nas áreas urbanas e por consequência a criação de escolas criadas com a intenção de suprir a grande demanda de alunos, as zonas rurais também possuem demandas mesmo que em curta escala relacionadas a construção de escola e de acesso à educação de qualidade no campo.

Segundo pesquisas realizadas no Censo de 2018, o Brasil possui cerca de 56.954 escolas localizadas no campo, considerado um número expressivo de escolas existentes.

Neste sentido, o conceito de educação no campo é denominado enquanto modalidade de educação existente no nosso país, e para ser considerada educação do campo é necessário que estejam localizadas em áreas rurais.

A criação desses espaços educativos é destinada às populações rurais estejam elas localizadas em qualquer área considerada rural do território brasileiro, assim como foram criadas com a intencionalidade do preenchimento do espaço de desigualdade educacional causado pela urbanização principalmente no que se refere a comunidades quilombolas e até mesmo a tribos indígenas.

É necessário, neste processo, que se considere a diversidade existente nos espaços rurais, contemplando no currículo escolar as características de cada localidade, considerando também os saberes ali presentes.

É importante que se ressignifique as formas de se pensar a escola enquanto um espaço de aprendizagem, a função social de uma escola deve ser de auxiliar na preparação do aluno para a sociedade em que ele estiver inserido. É no ambiente escolar onde o aluno tem o contato inicial com as diferenças com pessoas diferentes, classes sociais diferentes, culturas e costumes diferentes, entre outros.

A realidade do campo é muitas vezes diferente da realidade urbana, onde a maioria das pessoas que ocupam aquele espaço vivem em função da agricultura familiar e por muitas vezes dedicam as suas vidas ao trabalho no campo, situação essa que impede a permanência dessas pessoas nas escolas.

Neste contexto, a identidade camponesa nem sempre é respeitada, principalmente por grandes fazendeiros e madeireiros que exploram as terras destes povos, essas mesmas terras onde muitos camponeses estão inseridos e onde cultivam o seu plantio. Dessa forma, se torna ainda mais importante a luta por um projeto de educação no campo, pois essa modalidade pretende fazer com que o indivíduo ali presente desenvolva análise crítica e que a partir disso busque a promoção pelo resgate da identidade camponesa

Podemos dizer sobre a Educação do campo, parafraseando Emir Sader (prefácio a Mészáros, 2005, p. 15) que sua natureza e seu destino estão profundamente ligados ao destino do trabalho no campo e, conseqüentemente, ao destino das lutas sociais dos trabalhadores e da solução dos embates de projetos que constituem a dinâmica atual do campo brasileiro, da sociedade brasileira, do mundo sob a égide do capitalismo em que vivemos. E ainda que ‘muitos não queiram’, esta realidade exige posição (teórica sim, mas sobretudo prática, política) de todos os que hoje afirmam trabalhar em nome da Educação do campo. (CALDART, 2009, P. 37).

Existem muitos movimentos que lutam pelas terras camponesas e pela liberdade dos habitantes dessas terras, um dos principais engajados nessa luta é o MST que desde o século XX resiste na luta em prol da necessidade da igualdade no que se refere a distribuição de terras no Brasil.

Os militantes do MST muitas vezes se concentram em assentamentos construídos em terra desocupadas visando chamar atenção para a necessidade de apropriação daquele espaço por parte de camponeses que não possuem suas próprias terras. Como forma de resistência, alguns acampamentos adotaram a construção de escolas, onde se é empregado ideais de uma educação libertadora.

Assim a Educação do Campo no Brasil é mais resultado de anos de lutas políticas travadas por diversos povos que priorizam a luta pela terra, como quilombolas, indígenas, camponeses, sem-terra, entre outros, do que de Políticas de Estado ou Governamentais para estas populações.

Um dos pontos fundamentais desta luta são os legados baseados da Educação Popular no Brasil, tendo como principal teórico e incentivador, Paulo Freire. No que se refere ao contexto escolar, a Educação do Campo se utiliza de instrumentos pedagógicos que objetivam a formação de sujeitos críticos e transformadores de sua própria realidade.

Com relação a escola referida neste trabalho, Escola Rural São Joaquim, sua construção se deu no ano de 2015, após a realização de encontros com a comunidade para identificar as principais necessidades da região. O local hoje atende quase 400 alunos da educação infantil, ensinos fundamentais e médio, além da EJA – Educação para Jovens e Adultos. O valor de investimentos para a construção da nova sede escolar foi de aproximadamente R\$ 2,7 milhões, incluindo novos equipamentos (computadores, projetor multimídia, mesas e cadeiras para as salas de aula, ar – condicionado, televisão, fogão industrial, micro-ondas, geladeira e utensílios de cozinha geral. No ano de 2017 a Eldorado também contribuiu para a demanda escolar rural, com repasse de um ônibus especial adaptado para o transporte de alunos que moram no campo. O ônibus atende crianças e adolescente que residem no assentamento Canoas, e faz linha com a fazenda Canaã, além de outras propriedades rurais a cerca de 80 km da unidade escolar, totalizando em média 170 km por dia percorrido. (SELVIRIA, 2018).

O desafio a ser enfrentado quanto a educação no campo, das políticas necessárias de implementação imediata das escolas rurais para a oferta de um ensino de melhor qualidade passa também por uma melhor valorização e formação de professores que irão atender este público.

O ensino em escolas rurais só será visto como um ensino dotado de qualificação quando conseguirmos romper com a hegemonia da excelência urbana que circulam no imaginário social de grande parte da população, que enxerga o aluno de escola rural como incapaz ou até mesmo como menos apto do que os alunos de escolas urbanas, o que sabemos que não é verdade. Através dessa perspectiva, a escola com seu caráter transformador, pode desempenhar a função de auxílio na desconstrução de antigas formas de conhecimento historicamente impostas.

Em síntese este trabalho defende/reafirma a necessidade e a importância de política e de construção teórica, sobre esta modalidade de ensino para melhor compreendermos este

fenômeno chamado de Educação do campo em sua historicidade, o que implica buscar apreender as contradições e tensões que estão na realidade que a produziu.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho demonstrou, ainda que de forma breve uma das características constitutivas da Educação do campo que é envolta de contradições que vão desde o transporte escolar passando pela infraestrutura de prédios e as condições precárias de quase abandono desta modalidade de ensino, assim como as lutas que se dão entre fazendeiros e camponeses. “Nunca é demais repetir, não são as contradições do território estrito da pedagogia, mas da luta de classes, particularmente de como se desenvolve hoje no campo brasileiro, em todas as dimensões de sua realidade”. (CALDART, 2009, P. 38).

A Educação do campo se coloca assim como uma questão que deve ser revisitada e revista urgentemente como prioritária, assim como a educação urbana e não como secundária para o sistema público. Cabe também aos camponeses organizados em movimentos sociais a (re)tomada de posições já que vem perdendo cada vez mais espaço para o agronegócio brasileiro que tem prejudicado além da lavoura também a formação dos povos do campo.

Por fim, pensando anda com CALDART, (2009, p. 39)

A Educação do campo se coloca em luta pelo acesso dos trabalhadores ao conhecimento produzido na sociedade e ao mesmo tempo problematiza, faz a crítica ao modo de conhecimento dominante e à hierarquização epistemológica própria desta sociedade que deslegitima os protagonistas originários da Educação do campo como produtores de conhecimento e que resiste a construir referências próprias para a solução de problemas de uma outra lógica de produção e de trabalho que não seja a do trabalho produtivo para o capital.

Por fim, a Educação do campo só é possível através da luta constante não só pela educação, mas também por terra e seu espaço no campo, assim podemos afirmar que a formação do indivíduo é uma via de mão dupla, há todo um envolvimento cada um com sua função para que uma educação de qualidade aconteça. Ao longo de todo o meu trajeto no campo que foi de fato marcante e significativo para o meu conhecimento, chegar na faculdade com essa bagagem cultural e poder escrever sobre para que outras pessoas possam sentir um pouquinho de como é estar lá no campo em pode ver as lutas e vivenciar os desafios ao longo desse caminho é algo engrandecedor e enriquecedor.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 30 de novembro de 2021.

CALDART, Roseli Salete. **A escola do campo em movimento**. In: Por uma educação do campo. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_, **EDUCAÇÃO DO CAMPO: NOTAS PARA UMA ANÁLISE DE PERCURSO**. Disponível em: Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64, mar./jun.2009

MACHADO, Luane C. T. **Da Educação Rural à Educação do Campo: Conceituação e problematização**. Nova Revista Amazônica, 2019.

OLIVEIRA, Adriana; APARECIDA, Celena; SOUZA, G.M. **Avaliação: Conceitos em diferentes olhares, uma experiência vivenciada no curso de pedagogia**.

OLIVEIRA, Mariana Esteves. **Ensino de História e Educação do Campo: Concepções e aspectos teóricos em escolas do campo no Mato Grosso do Sul**. Revista Trilhas da História Três Lagoas, 2017. p. 79-101.

SANTOS, Ramofly Bicalho. **História da Educação do Campo no Brasil: O protagonismo dos movimentos sociais**, 2017.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996**. São Paulo: Saraiva, 1996.

